

Os problemas da moeda-índice

Esta semana, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, anuncia o seu plano da moeda-índice — a criação de um novo indexador diário que, na última fase do programa, se transformará na nova moeda do país em substituição ao cruzeiro real. A idéia é que, quando todos os preços da economia estiverem reajustados pelo novo indexador — inclusive os salários — e na mesma velocidade de



O objetivo é indexar todos os salários, ativos e preços pela UR diária

correção, será possível de uma só tacada acabar com a chamada inflação inercial e com todos os mecanismos de indexação à inflação passada. Nesse momento, a Unidade de Referência (UR) — a moeda-índice —, poderá ser chamada por qualquer outro nome. Cruzeiro, por exemplo. Os economistas chamam este mecanismo de "reforma monetária por meio de moeda indexada". A tese central é: a inflação inercial não acaba com o fim da indexação, mas com a indexação completa da economia.

Em linguagem popular, o governo pretende criar uma moeda indexada para todas as pessoas. Atualmente, o sistema financeiro se protege diariamente contra a inflação e os empresários corrigem os seus preços ao sabor de índices que lhes protegem contra perdas passadas e na periodicida-

de que lhes convém.

Mas os trabalhadores amargam a corrosão diária de seus salários, sem ter como se defender. Diariamente, a inflação transfere renda da massa de assalariados para os setores que utilizam a indexação. "A inflação é que cria duas moedas: a do rico e a do pobre. Queremos uma só, para poder atender o povo. Hoje, você tem um apartheid no Brasil", explicou o ministro Fernando Henrique Cardoso em entrevista ao Estado.

O objetivo do governo é indexar todos os preços e ativos pela UR. Quando tudo estiver protegido contra a inflação e pelo mesmo índice e na mesma periodicidade, será possível acabar com a indexação, raciocina o governo. A idéia também é "reduzir a retroatividade da indexação". Isto significa, em linguagem popular, reduzir o prazo em que os preços da economia são corrigidos. A UR terá correção diária e, em determinado momento, se o plano der certo, todos os preços também terão correção diária — inclusive os salários — pela UR. Esse mecanismo vai permitir também ao governo acabar com a "memória inflacionária". Ou seja, acabar com a idéia, que se cristalizou na cabeça das pessoas ao longo do tempo, de que é preciso repassar para os seus preços a inflação que ficou para

trás, sob pena de ficar defasado.

Mas economistas de renome nacional colocam uma série de problemas para a implementação do plano da moeda-índice. O mais óbvio deles é como os preços — inclusive os salários — serão convertidos em UR. Se pelo pico ou se pela média. É difícil acreditar que os empresários converterão os seus preços pela média. Será que o preço da lata do óleo de soja, vendido nos supermercados, vai ser convertido pela média? E o da geladeira? E o do amortecedor de automóvel?, para ficar apenas em alguns exemplos.

Esses economistas acreditam num "repique" da inflação no momento inicial do plano moeda-índice. E apontam para um aspecto mais grave: a transformação em UR poderá provocar uma completa deformação dos chamados preços relativos da economia. Quando um empresário verificar que, depois da conversão, o seu preço ficou defasado em relação ao do concorrente ou das matérias pri-

mas que utiliza, será tentado a aumentar o seu preço. Teremos então, advertem esses economistas, uma inflação em UR.

O problema dos salários é mais grave. Eles terão que ser convertidos em UR pela média. O governo vai dar o exemplo e corrigirá os salários do funcionalismo público, em determinado momento do próximo ano, pela média. Mas a transformação dos salários do setor privado pela média terá que ser negociada. Como se proporá isso numa mesa de negociação entre empregados e empregadores, depois que o setor privado converter os seus preços pelo pico? O governo terá a coragem para dizer à sociedade que o salário mínimo, convertido pela média, ficará na faixa de US\$ 70,00? "É politicamente explosivo", admite uma importante economista com trânsito no Ministério da Fazenda.

Outra questão que começa a ser discutida na área acadêmica é a necessidade de um congelamento de preços — inclusive da taxa de câmbio — no momento da extinção do cruzeiro real. Embora a moeda-índice venha a proteger a sociedade contra a inflação, ela, por si só, não acabará com a inflação inercial, advertem esses economistas. Ou seja, quando a variação da UR estiver estabilizada — variando 35% ao mês, por exemplo — mesmo assim a variação ainda existirá. Seria necessário, então, um congelamento rápido para extirpar todos os mecanismos de indexação.

